

GLOSSÁRIO

da Educação Especial
na Rede Municipal de Ensino



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fernando Padula

Secretário Municipal de Educação

Maria Sílvia Bacila

Secretária Executiva Pedagógica

Samuel Ralize de Godoy

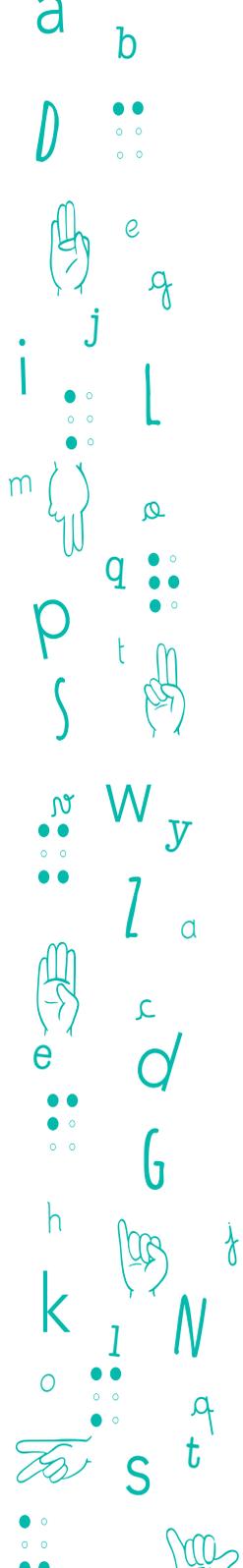
Secretário Adjunto de Educação

Ronaldo Tenório

Chefe de Gabinete

Sueli Mondini

Chefe da Assessoria de Articulação das Diretorias Regionais de Educação – DREs



GLOSSÁRIO

da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino

COORDENADORIA PEDAGÓGICA - COPED

Lucimeire Cabral de Santana

Coordenadora

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - DIEE

Claudia D'Alevedo dos Reis

Diretora

EQUIPE TÉCNICA - DIEE

Aldeis Paula de Almeida

Helder Ribeiro De Sousa

Karen Paula Monteiro Novas de Andrade

Luciana Xavier Ferreira

Maria Cristina Torres David Vieira

Marineusa Medeiros Da Silva

Roseli de Brito Cabral

Soraia Aparecida Cruge Morales Sena

Thais da Cruz Heer

Diogo Domingues da Cruz – *Estagiário*

Leonardo Souza de Oliveira – *Estagiário*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica.

Glossário da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino. – São Paulo : SME / COPED, 2025.

32 p. : il.

Bibliografia

Inclui anexos

1. Educação Especial. 2. Educação inclusiva – Glossários. I. Título.

CDD 371.9

Código da Memória Documental: SME108/2025

Elaborado por Patrícia Martins da Silva Rede – CRB-8/5877

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Divisão de Educação Especial da Coordenadoria Pedagógica, apresenta o Glossário de Educação Especial com o objetivo de explicitar o significado de conceitos e terminologias específicas relacionadas à Política Paulistana de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para educadores, famílias, estudantes e profissionais da área. Esta ferramenta está alinhada às concepções e aos princípios que sustentam a cultura inclusiva e integra as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SME nº 14/2025, que orienta a organização do Atendimento Educacional Especializado no Sistema Municipal de Ensino de São Paulo.

Ao adotar terminologias e conceitos que embasam as políticas públicas educacionais, as Unidades Educacionais reconhecem a diversidade humana e materializam os princípios inegociáveis para uma educação de qualidade, conforme preconiza o Currículo da Cidade de São Paulo: Educação Inclusiva, Educação para a Equidade e Educação Integral.

Quem pode utilizar?

Professores, gestores, coordenadores pedagógicos, profissionais da Educação Especial – PAEE, PAAI, estagiários, formadores e técnicos das DREs, estudantes e seus familiares.

Quando e como utilizar?

Em formações pedagógicas e momentos de estudo coletivo.

Durante reuniões de planejamento, para alinhar conceitos e práticas.

Na elaboração de documentos pedagógicos e institucionais, como planos de AEE, relatórios, pareceres e orientações.

Como material de referência para consulta rápida, auxiliando a construção de uma linguagem comum entre todos os envolvidos nos processos educativos.

Em ações de acolhimento e orientação às famílias, facilitando o diálogo sobre os apoios e serviços oferecidos no contexto da Educação Inclusiva.

Por que utilizar este glossário?

Porque promove o uso intencional e qualificado da linguagem, fortalece o compromisso com a inclusão, combate estigmas e amplia a compreensão sobre os direitos, os serviços e os princípios que estruturam uma escola pública equitativa e democrática.

Sumário

A 5

Acessibilidade
Altas Habilidades ou Superdotação
Articulação
Atendimento Educacional Especializado – AEE

- AEE colaborativo
- AEE contraturno
- AEE itinerante

Avaliação Funcional da Visão
Audiodescrição
Autonomia e Independência
Auxiliar de Vida Escolar – AVE

B 8

Baixa Visão
Barreiras
Bilinguismo

C 9

Capacitismo
Cegueira
Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAI
Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA

D 10

Desenho Universal
Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA
Diversidade

E 11

Educação Especial
Educação Inclusiva
Elegibilidade
Enriquecimento Curricular
Equidade
Escola Municipal de Educação Bilingue para Surdos – EMEBS
Escriba
Estagiário(a) do Programa Aprender sem Limite
Estudo de Caso

F 14

Funções Cognitivas

G 15

Guia-Intérprete

I 16

Inclusão
Informática Acessível
Instrutor de Libras
Instrutores Mediadores
Intérprete de Libras | Língua Portuguesa

L 18

Ledor
Leitura Orofacial
Língua Brasileira de Sinais – Libras

M 19

Material ampliado

N 20

Núcleo Multidisciplinar – NMD

P 21

Pessoa com Deficiência
Piso tátil
Plano de Atendimento Educacional Especializado – Plano de AEE
Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAI
Professor de Atendimento Educacional Especializado – PAEE
Professor de Projeto Especializado – PPE
Projeto Rede

S 24

Sala de recursos multifuncionais – SRM
Sistema Braille
Soroban
Supervisor Técnico – ST

T 26

Técnicas de orientação e mobilidade
Tecnologia Assistiva – TA
Tradutor de Libras
Transcrição
Transtorno do Espectro Autista

Referências 27



Acessibilidade

Serviço, recurso ou material que auxilia na promoção da escolarização dos estudantes público da Educação Especial: estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou Superdotação. Atende às especificidades desses estudantes além de orientar os envolvidos no processo educacional, favorecendo o acesso nas diferentes dimensões. As ações do AEE contribuem para a eliminação/diminuição de barreiras, assegurando a participação plena e a aprendizagem efetiva desses estudantes.

Altas Habilidades ou Superdotação

Características de estudantes que apresentam desempenho notável, acima da média, com elevado potencial intelectual com aptidão acadêmica específica, ou pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora. Podem manifestar-se de forma isolada ou combinadas. Os estudantes com Altas Habilidades ou superdotação fazem parte do público da Educação Especial devido as suas peculiaridades quanto ao convívio social e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Articulação

Prática realizada entre os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAls, as escolas, as Diretorias Regionais de Educação – DREs, as famílias e os serviços multidisciplinares aos quais os estudantes com deficiência estão acompanhados: profissionais da saúde, assistentes sociais, entre outros. Pretende potencializar o atendimento aos estudantes valorizando a integralidade e a parceria entre os serviços, a escola e família.

Atendimento Educacional Especializado – AEE

Serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras à plena participação dos estudantes. Oferecido de forma complementar ou suplementar, não substitutiva

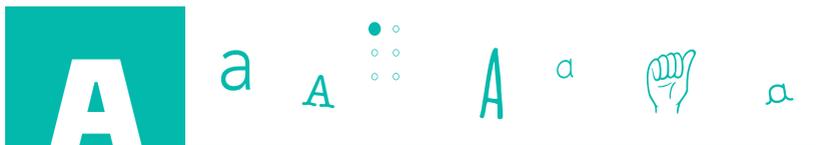


ao ensino comum, é destinado a bebês, crianças e estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. Este serviço proporciona um conjunto de atividades organizados institucionalmente, atendendo às necessidades específicas do público da Educação Especial.

- **AEE colaborativo** – É uma forma de Atendimento Educacional Especializado previsto na Política Paulistana de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva desenvolvido dentro do turno, articulado com profissionais de todas as áreas do conhecimento, em todos os tempos e espaços educativos, assegurando atendimento das especificidades de cada estudante, expressas no Plano de AEE, por meio de acompanhamento sistemático do Professor de Atendimento Educacional Especializado – PAEE.
- **AEE contraturno** – É uma forma de Atendimento Educacional Especializado, expressa no Plano de AEE, realizada no contraturno escolar por um PAEE na Sala de Recursos Multifuncionais – SRM ou em um Centro de Atendimento Educacional Especializado.
- **AEE itinerante** – Trata-se do AEE, previsto na Política Paulistana de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, realizado pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAl de forma articulada e colaborativa com professores da turma, Equipe Gestora e demais profissionais, dentro do turno escolar do estudante público da Educação Especial, assegurando o atendimento às especificidades de crianças/estudantes com deficiências expressas no Plano de AEE.

Avaliação Funcional da Visão

Avaliação qualitativa e contínua realizada na escola para observar a funcionalidade da visão em diferentes contextos. Pode ser realizada por um profissional do AEE ou por um especialista em saúde visual e deve garantir uma abordagem completa e interdisciplinar para averiguar a acuidade visual do estudante na realização de suas atividades diárias como forma complementar ao estudo de caso.



Audiodescrição

Recurso de tradução de imagens em palavras que permite pessoas com deficiência visual conseguirem compreender conteúdos audiovisuais (filmes, peças de teatro, entre outros) ou imagens estáticas (fotografias ou imagens ilustrativas) utilizado como estratégia de acessibilidade no AEE.

Autonomia e Independência

Capacidades desenvolvidas progressivamente pelos estudantes para realizar atividades escolares com iniciativa, tomada de decisão e segurança. No contexto da Educação Especial, a promoção da autonomia e da independência deve orientar as práticas pedagógicas e os apoios oferecidos, evitando ações de tutela. Envolve a criação de condições para que o estudante participe ativamente dos diferentes tempos e espaços da escola, com os recursos, estratégias e interações necessárias à sua dignidade e protagonismo.

Auxiliar de Vida Escolar – AVE

Profissional previsto na Política Paulistana de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que integra o serviço de apoio da Educação Especial. O serviço prestado caracteriza-se pelo apoio às crianças/estudantes elegíveis que necessitam de suporte intensivo para a locomoção, higiene, alimentação e/ou às crianças e estudantes com TEA que necessitam de apoio na interação e comunicação. Este apoio visa a promoção da autonomia e independência do público da Educação Especial, evitando a tutela, de forma a respeitar a dignidade inerente à individualidade do sujeito.



Baixa Visão

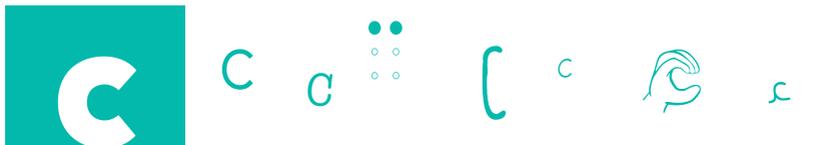
Condição em que a acuidade visual é significativamente reduzida, mesmo com o uso de lentes corretivas, intervenção cirúrgica ou outros tratamentos convencionais. Pode ser associada a diversos tipos de comprometimento da visão, mas que não chega ao nível cegueira total e/ou deficiência. Pode demandar suportes e recursos específicos que garantam a autonomia para a realização das atividades cotidianas, educacionais e profissionais.

Barreiras

Obstáculos que impedem ou dificultam a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência em diferentes contextos da vida social. Podem ser de natureza arquitetônica, comunicacional, pedagógica, atitudinal, tecnológica ou institucional, e não se limitam a aspectos físicos ou materiais. As barreiras surgem quando o ambiente, os recursos ou as relações sociais não consideram a diversidade humana, restringindo o acesso a direitos, oportunidades e à vivência com autonomia, segurança e dignidade.

Bilinguismo

Abordagem comunicativa para surdos que parte do princípio que a língua de instrução da pessoa surda deve ser a Língua de Sinais como língua materna. A língua da comunidade ouvinte, no Brasil, o português, é considerado segunda língua. No âmbito educacional, a língua oral e a Língua de Sinais têm o mesmo status linguístico, ainda que a segunda língua seja desenvolvida apenas na modalidade escrita.



Capacitismo

Ações direcionadas às pessoas com deficiência, manifestada por atitudes, expressões, práticas e estruturas que inferiorizam, excluem ou desqualificam as pessoas do público da Educação Especial. Expressa-se na imposição de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e sociais que restringem ou impedem a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na vida em sociedade, desconsiderando sua autonomia, potencialidades e direitos.

Cegueira

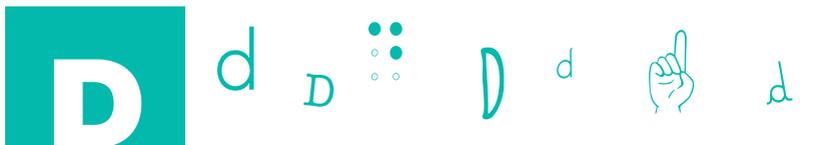
Perda total ou pouquíssima capacidade visual causada por disfunções neurológicas ou do globo ocular. A pessoa cega pode ser capaz de perceber vultos e luminosidade ou não ser capaz de perceber qualquer estímulo visual. Esta condição resulta em prejuízos na realização convencional de tarefas rotineiras, sendo necessário o treinamento de formas alternativas de interação com o meio.

Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAI

Serviço da Educação Especial que implementa a Política Paulistana de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva por meio de suporte técnico e pedagógico às Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino. Atua na identificação e eliminação das barreiras do público da Educação Especial para promover a participação plena e a aprendizagem dos estudantes.

Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA

Conjunto de técnicas, recursos e estratégias em que se pode fazer uso de imagens de um determinado sistema (gestos, entre outros), destinadas a ampliar a capacidade comunicativa de pessoas com necessidades complexas de comunicação. É destinada principalmente àqueles que não possuem fala ou escrita funcional, ou que têm habilidades comunicacionais limitadas.



Desenho Universal

Conceito norteador das práticas pedagógicas inclusivas que se refere à criação de ambientes, produtos, programas e serviços pensados para serem acessíveis a todas as pessoas, sem a necessidade de adaptações ou projetos específicos.

Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA

No contexto escolar, orienta o planejamento e a mediação pedagógica para contemplar diferentes formas de representar o conhecimento, expressar aprendizados e engajar os estudantes, reconhecendo múltiplos estilos, ritmos e modos de aprender.

Diversidade

Ampla variedade de características, experiências e perspectivas que cada indivíduo traz para a sociedade, independentemente de suas características físicas, intelectuais ou sensoriais. No âmbito social, a diversidade reflete a coexistência de pessoas com diferentes características como: etnia, cultura, idade, classe social, religião, território, entre outros marcadores sociais. Reconhecer a diversidade é fundamental para promover uma sociedade mais justa e equânime.



Educação Especial

Modalidade de ensino que atende crianças e estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA e Altas Habilidades ou Superdotação, atua de forma transversal a todas as etapas e modalidades do Sistema Municipal de Ensino. Estruturada a partir dos Serviços de Educação Especial e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Educação Inclusiva

Direito fundamental que assegura o acesso, a permanência, a participação plena e a aprendizagem de todos os estudantes reconhecendo e respeitando as diferenças e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, independentemente de sua etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

Elegibilidade

Condição atribuída a crianças e estudantes que atendem aos critérios para serem incluídos nas políticas públicas específicas da Educação Especial. São considerados elegíveis aqueles que possuem alguma deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA ou Altas Habilidades ou Superdotação, tendo reconhecido o direito ao Atendimento Educacional Especializado – AEE e aos demais apoios necessários à sua plena participação e aprendizagem no ambiente escolar mediante avaliação pedagógica/estudo de caso realizada pela equipe da Unidade Educacional em parceria com os profissionais da Educação Especial, não sendo determinada unicamente pela apresentação de laudo clínico.



Enriquecimento Curricular

Conjunto de práticas educacionais suplementares ao currículo comum que visam ampliar as experiências de aprendizagem, considerando os interesses, potencialidades e necessidades dos estudantes. Envolve projetos interdisciplinares, metodologias que estimulam o pensamento crítico, criativo e colaborativo, uso de tecnologias digitais, estudo independente, atividades extracurriculares e parcerias com a comunidade.

Equidade

Proporcionar às pessoas o que elas precisam para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. Refere-se ao princípio de oferecer oportunidades justas e igualitárias, levando em consideração as necessidades individuais e os contextos específicos. A equidade reconhece que diferentes pessoas têm condições diversas e, portanto, podem necessitar de suportes distintos para alcançar um resultado justo e igualitário.

Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS

Serviço de Educação Especial que oferece educação básica, desde a educação infantil até o Ensino Médio, para estudantes surdos ou com outras deficiências/TEA associadas à surdez. A EMEBS é uma Unidade Educacional que implementa as diretrizes curriculares estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação para a Educação Bilíngue para surdos, seguindo as políticas educacionais municipais e nacionais.

Escreva

Recurso de acessibilidade que realiza registros escritos em nome de outra. Auxilia na expressão de suas ideias e apoia estudantes que enfrentam barreiras na escrita convencional. Pode ser um professor, um estudante que apresente desenvoltura na escrita ou representante para este tipo de apoio.

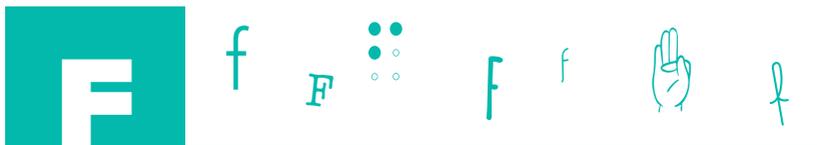


Estagiária(o) do Programa Aprender Sem Limite

Estudantes de Licenciatura (Pedagogia, Letras, Matemática, Artes, Geografia, História, Educação Física, Inglês, Ciências, Filosofia, Sociologia, Física, Química, Biologia ou Educação Especial) que auxiliam os professores regentes em turmas que possuem estudantes público da Educação Especial elegíveis ao apoio.

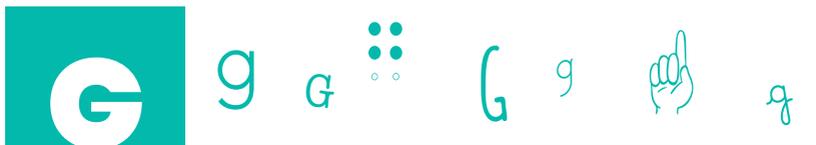
Estudo de Caso

Instrumento pedagógico que visa compreender, de forma integrada, os estudantes do público da Educação Especial, a partir da escuta ativa e do registro sistemático de informações sobre o processo de escolarização, estratégias adotadas, barreiras identificadas e recursos de acessibilidade utilizados.



Funções Cognitivas

Conjunto de habilidades mentais que possibilitam o aprendizado, a resolução de problemas, a atenção, a memória, a linguagem, o raciocínio, a percepção e o planejamento. No contexto educacional, o trabalho com as funções cognitivas deve considerar o desenvolvimento integral dos estudantes, por meio de estratégias que respeitem seus modos de aprender, favorecendo a participação, a mediação pedagógica intencional e a eliminação de barreiras à aprendizagem.



Guia-Intérprete

Profissional especializado em técnicas de interpretação, comunicação e guia para mediar a interação e todas as ações pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem das pessoas com surdocegueira. Utiliza-se de técnicas de comunicação específicas (língua oral ampliada, escrita na palma da mão, alfabeto manual tátil, língua de sinais tátil, Sistema Braille tátil ou manual, língua de sinais em campo reduzido, dentre outras) para interpretar textos orais ou escritos e para descrever pessoas, situações e espaços, a fim de facilitar a sua mobilidade. Trabalham em estreita colaboração com outros estudantes, demais educadores e equipe administrativa para garantir que o ambiente educacional seja inclusivo e acessível.



Inclusão

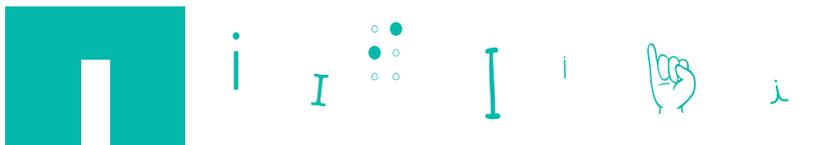
Contrário de exclusão. Princípio de garantia que todos, independentemente de suas capacidades ou especificidades, tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade. Isso significa que todos os estudantes, independentemente de cor, raça, religião ou gênero, ou condição física, mental ou intelectual têm a oportunidade de participar plenamente das atividades educacionais em um ambiente de aprendizado que seja acolhedor, respeitoso e acessível às suas necessidades individuais. Envolve a implementação de estratégias educacionais, tecnologias assistivas e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem de todos os estudantes de maneira significativa e eficaz.

Informática Acessível

Recurso de acessibilidade digital à informação e à comunicação para promover a autonomia de crianças e estudantes, independentemente de suas características individuais.

Instrutor de Libras

Profissional com formação em curso superior, responsável pelo ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras para pessoas surdas e ouvintes. Atua em contextos educacionais e formativos, contribuindo para o fortalecimento da Educação Bilíngue para Surdos e para a construção de ambientes linguísticos acessíveis e inclusivos.



Instrutores Mediadores

Profissional com formação em curso superior e domínio de técnicas específicas para o ensino de formas de comunicação a pessoas com surdocegueira. Atua na mediação das interações comunicativas, na construção de estratégias pedagógicas acessíveis e na promoção da participação ativa desses estudantes nas atividades escolares e sociais para o desenvolvimento da comunicação, da autonomia e da aprendizagem, em articulação com a equipe pedagógica e os serviços especializados da unidade educacional.

Intérprete de Libras | Língua Portuguesa

Profissional capacitado para acessibilizar a comunicação entre pessoas surdas ou com deficiência auditiva e as pessoas ouvintes no ambiente educacional ou outros contextos sociais. São responsáveis por traduzir e interpretar a Língua Brasileira de Sinais – Libras para a língua oral e vice-versa para a acessibilização de palestras, aulas, reuniões e outras interações verbais. Também atuam na tradução de livros, documentos e outros textos originais em língua oral para uma linguagem áudio visual característica da língua de sinais.



Ledor

Recurso de acessibilidade utilizado por pessoas com deficiência visual ou outras condições que dificultem a leitura de textos de forma autônoma. Pode ser executado por um profissional ou por meios tecnológicos que realizam a leitura oral de conteúdos escritos, permitindo que o indivíduo tenha acesso à informação de maneira equitativa. Pode atuar em diferentes contextos: educacionais, avaliativos ou profissionais.

Leitura Orofacial

Prática que envolve a observação dos movimentos dos lábios, expressões faciais e outras pistas visuais próprias da articulação da fala. É usada por pessoas com perda auditiva oralizadas que se beneficiam deste recurso para a compreensão da expressão oral de um interlocutor. Requer treinamento intensivo e pode ser combinada com tecnologias assistivas que contribuam para o aprimoramento da interação e da compreensão da comunicação oral.

Língua Brasileira de Sinais – Libras

Língua de natureza visual-motora, natural da comunidade surda do Brasil. Com estrutura gramatical própria, a Libras recebeu reconhecimento como meio legítimo de comunicação e expressão das pessoas surdas por meio da Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. A Libras configura a primeira língua das pessoas surdas, enquanto o português é desenvolvido como segunda língua.



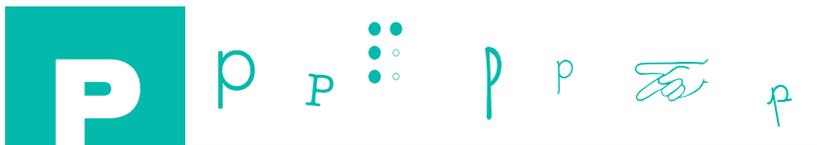
Material Ampliado

Recurso pedagógico destinado à acessibilidade visual de estudantes com baixa visão. Consiste na reprodução de materiais pedagógicos, atividades ou avaliações, utilizando-se de fontes com tamanho maior que o convencional, a fim de viabilizar a visualização das letras e imagens a tinta, de acordo com as características do resíduo visual do leitor. As imagens utilizadas para compor as atividades também devem ser ampliadas de forma a favorecer a discriminação visual.



Núcleo Multidisciplinar – NMD

Composto por profissionais das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Assistência Social que, em parceria com o CEFAI de cada Diretoria Regional de Educação – DRE, atuam no desenvolvimento de atividades que envolvem avaliação dos estudantes, orientação aos pais, responsáveis, familiares e equipe escolar, encaminhamento às redes de apoio do território, articulação com os serviços de saúde e itinerância às Unidades Educacionais.



Pessoa com Deficiência

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Piso Tátil

Revestimento de solo com textura em alto relevo e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a facilitar a locomoção das pessoas cegas ou com baixa visão. Instalado em forma de faixa, configuram alerta ou linha-guia detectado através do toque da bengala ou dos pés, servindo de orientação. Quando o revestimento apresenta relevo em forma de bolinhas tem a função de alerta e é instalado em início e término de escadas e rampas, em frente à porta de elevadores, em rampas de acesso às calçadas ou junto a obstáculos que o deficiente visual não consiga rastrear com a bengala. O piso direcional serve como referência de continuidade da via facilitando a locomoção da pessoa com deficiência.

Plano de Atendimento Educacional Especializado – Plano de AEE

Documento de registro de ações pedagógicas destinadas ao público de Educação Especial. Indica as características, habilidades e necessidades específicas dos estudantes e propõe o planejamento de ações e providências necessárias para minimizar ou eliminar as barreiras encontradas no ambiente escolar. Além disso, especifica a organização do atendimento, periodicidade, carga horária, intervenções e registra a avaliação do processo de aprendizagem, assegurando um suporte efetivo e individualizado que respeite as singularidades de cada bebê, criança ou estudante, promovendo seu pleno desenvolvimento e participação no ambiente educacional.



Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAI

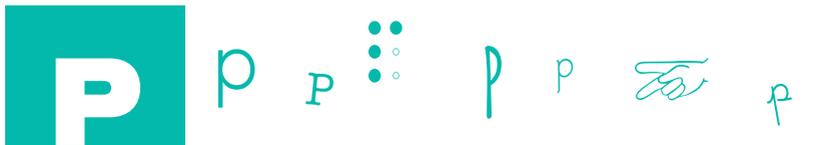
Profissionais especializados na área da Educação Especial, responsável por orientar e apoiar as Unidades Educacionais na eliminação de barreiras que possam impedir a plena participação e aprendizagem das crianças e estudantes do público da Educação Especial. Trabalha em colaboração com os Professores do Atendimento Educacional Especializado – PAEE, gestores escolares e demais educadores, promovendo práticas pedagógicas inclusivas, além de promover formação continuada na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva aos docentes da RME.

Professor de Atendimento Educacional Especializado – PAEE

Profissional com formação específica na área da Educação Especial responsável pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE na Unidade Educacional onde atua de maneira articulada com os educadores, equipe gestora, família e equipes multidisciplinares na execução das atividades próprias do AEE. Identificam, elaboram, implementam, flexibilizam e apoiam práticas que eliminem barreiras de acessibilidade ao currículo comum.

Professor de Projeto Especializado – PPE

Profissional da Educação que atua em Unidades Educacionais específicas, desenvolvendo projetos para eliminação de barreiras à aprendizagem de estudantes público da Educação Especial. Com base no Plano de AEE e no Projeto Político-Pedagógico da UE, o PPE planeja ações pedagógicas articuladas com os professores regentes, produz e utiliza recursos acessíveis e de Tecnologia Assistiva, amplia formas de comunicação e interação, mantém registros atualizados e participa de formações continuadas. Seu trabalho é colaborativo, envolvendo toda a equipe escolar e as famílias.



Projeto Rede

Visa oferecer aos estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista – TEA que não apresentam autonomia para a locomoção, alimentação, higiene e/ou com TEA que necessitam de apoio intensivo na comunicação e interação social, suporte técnico e apoio necessários para que possam se organizar e participar efetivamente das atividades desenvolvidas pela Unidade Educacional – UE, com acesso aos diferentes tempos e espaços. Integram o Projeto Rede: os AVEs, Supervisores Técnicos (Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional) e Núcleo Multidisciplinar (Assistente Social, Fonoaudiólogo e Psicólogo).



Sala de Recursos Multifuncionais – SRM

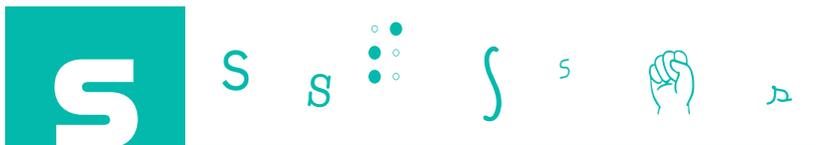
Espaço destinado ao Atendimento Educacional Especializado – AEE nas Unidades Educacionais de educação básica. É constituída por equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidade, tecnologia assistiva e materiais didático pedagógicos próprios para o atendimento do público da Educação Especial.

Sistema Braille

Sistema de escrita e leitura tátil utilizado por pessoas com deficiência visual composto por combinações de pontos em relevo que são organizados em celas, cada uma contendo seis posições dispostas em duas colunas de três pontos. Essas combinações de pontos representam letras, números, sinais de pontuação e símbolos matemáticos ou musicais. As pessoas lêem o Braille da esquerda para a direita, passando a ponta dos dedos sobre os pontos em relevo utilizando uma ou ambas as mãos. Para a escrita é necessário a utilização de ferramentas como uma reglete de punção, máquinas braille ou impressoras braille em papel mais grosso que o convencional.

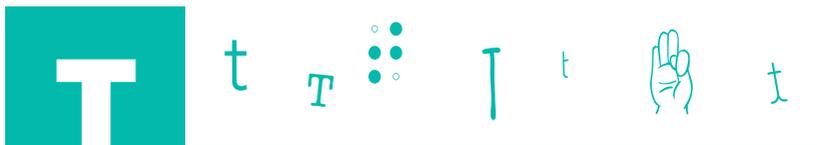
Soroban

Instrumento de cálculo manual que favorece a compreensão do valor posicional e o desenvolvimento do cálculo mental. Devido à sua estrutura de fácil manuseio, tornou-se a principal ferramenta de cálculo para as pessoas com deficiência visual. Composto por uma moldura retangular dividida ao meio com uma parte superior e outra inferior, possui uma régua numérica e hastes transpassadas com contas usadas para fazer a contagem das quantidades. Geralmente possui 21 eixos, divididos pela régua, com traços verticais e pontos em relevo representando unidades, dezenas e centenas. Em cada eixo, há cinco contas. Na parte superior e mais estreita, há uma conta representando o valor 5 e na parte inferior, a mais larga, quatro contas representando 1. Os números são registrados pelas contas, superiores e inferiores, que estão próximas à régua.



Supervisor Técnico – ST

Profissional com formação de nível superior nas áreas de Terapia Ocupacional ou Fisioterapia para oferecer suporte, orientações técnicas e ações formativas aos AVEs, às equipes educacionais e aos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAIs, além de realizar a avaliação funcional e a indicação de tecnologia assistiva aos estudantes que dela necessitem.



Técnicas de Orientação e Mobilidade

Técnicas para o desenvolvimento de capacidades de orientação e mobilidade do público com deficiência visual. A orientação refere-se à percepção do ambiente onde se encontra a pessoa com deficiência visual e a mobilidade refere-se à movimentação da pessoa pelo ambiente. As técnicas de orientação e mobilidade devem ser ensinadas por profissionais especializados, como instrutores de orientação e mobilidade (O&M), para viabilizar a locomoção com segurança, independência e autonomia em ambientes internos ou externos. Incluem o uso de bengalas, orientação por meio de sons e pistas táteis e o aprendizado de habilidades, como atravessar ruas, utilizar transporte público e orientação em espaços desconhecidos.

Tecnologia Assistiva – TA

Recursos, estratégias e serviços destinados a facilitar a atuação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade. Abrangem produtos, equipamentos, metodologias, estratégias e serviços que proporcionem funcionalidade e melhoria da qualidade de vida pela autonomia e independência das pessoas.

Transcrição

Ação que envolve a conversão de textos escritos em formatos acessíveis, como áudio, braille ou formatos digitais ampliados, para facilitar o acesso à informação, assegurando que pessoas com deficiência visual ou limitações de acesso à leitura tenham acesso igualitário à informação escrita.

Transtorno do Espectro Autista – TEA

Transtorno do neurodesenvolvimento que pode ser caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação verbal ou não verbal, repertório de interesses repetitivos e restritos, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados.

Referências

- BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico**: construindo escolas inclusivas. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 87- 92. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: col. 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm: Acesso em: 10 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10098.htm. Acesso em: 3 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 2 set. 2024.
- CARVALHO, R. M.; ALMEIDA, R. C. A prática do desenho universal na educação inclusiva. **Cadernos de Educação Especial**, v. 15, n. 2, p. 105-120, 2017.
- COSTA, A. G.; BRASILEIRO, L. M. Avaliação funcional da visão em crianças com baixa visão. **Revista Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 1, p. 45-52, 2015.
- HENRIQUES, R. M.; SANTOS, L. A. Audiodescrição como recurso pedagógico na educação inclusiva. **Cadernos de Educação Especial**, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Glossário da educação especial**: Censo Escolar 2024. Brasília, DF: INEP, 2021.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016.** Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57379-de-13-de-outubro-de-2016>. Acesso em: 5 set. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME nº 14, de 4 de março de 2025. Regulamenta o [Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016](https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57379-de-13-de-outubro-de-2016), que institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-14-de-4-de-marco-de-2025>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade:** Ensino Fundamental: Componente Curricular: Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade:** Educação Especial: Língua Portuguesa para surdos. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SAO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientações para atendimento de estudantes:** transtorno do espectro do autismo. São Paulo: SME/COPED, 2021.

SAO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientações para atendimento de estudantes:** altas habilidades / superdotação. São Paulo: SME/COPED, 2021.

SASSAKI, R. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009. p. 10-16.

SILVA, S. C. da R.; BECHE, R. C. E.; COSTA, L. M. de L. A educação inclusiva e a perspectiva anticapacitista. *In*: SILVA, S. C. da; BECHE, R. C. E.; COSTA, L. M. de Lima (org.). **Estudos da deficiência na Educação**: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado. Florianópolis: UDESC, 2022. p. 11-29.

SILVA, L. C.; GUALDA, D. M. Audiodescrição: uma estratégia de inclusão para o acesso à informação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 125-140, 2018.

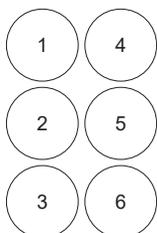
SOUZA, C. A.; SILVA, T. M. A avaliação funcional da visão e a intervenção na Educação Inclusiva. **Cadernos de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 65-78, 2017.

ALFABETO EM LIBRAS

A	B	C	D	E	F	G
						
H	I	J	K	L	M	N
						
O	P	Q	R	S	T	U
						
V	W	X	Y	Z		
						

ALFABETO EM BRAILLE

Cela Braille



a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
1	12	14	145	15	124	1245	125	24	245
k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
13	123	134	1345	135	1234	12345	1235	234	2345
u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ú
136	1236	1346	13456	1356	12346	123456	12356	2346	23456
â	ê	ì	ô	@	à	ï	ü	õ	w
16	126	146	1456	156	1246	12456	1256	246	2456
,	;	:	/	?	!	=	“	”	*
2	23	25	256	26	235	2356	236	356	35
í	ã	ó	Sinal de número		.	-	Sinal de letra maiúscula		‘
34	345	346	3456		3	36	46		6
1	2	3	4	5					
1	12	14	145	15					
6	7	8	9	0					
124	1245	125	24	245					



Qualquer parte desta publicação poderá ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remix, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em conformidade à Lei nº 9.610/1998, reconhece a especial proteção aos direitos autorais, mediante autorização prévia e expressa do detentor da obra. No caso de eventuais desconformidades, reitera o compromisso de diligentemente corrigir inadequações. Consulte material disponibilizado em: educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br Consulte também o portal do CDEP Centro de Documentação da Educação Paulistana educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/cdep

PROJETO GRÁFICO

CENTRO DE MULTIMEIOS – CM

Ana Rita da Costa - *Diretora*

NÚCLEO DE CRIAÇÃO DE ARTE - NUCA

Angélica Dadario

Aline Frederick Santos

Cassiana Paula Cominato

Fernanda Gomes Pacelli - *Projeto gráfico e diagramação*

Marcos Roberto Moreira - *Capa e diagramação*

Simone Porfirio Mascarenhas

REVISÃO TEXTUAL

Roberta Cristina Torres da Silva



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

